



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

N.º 52, DE 2025

(Do Sr. Alceu Moreira)

Susta os efeitos do Decreto nº 12.373, de 2025, de 03 de fevereiro de 2025, que regulamenta o exercício do poder de polícia da Fundação Nacional dos Povos Indígenas, retirando assim prerrogativas constitucionais sobre o tema importante grave insegurança jurídica pertinente a legalidade das demarcações de terras indígenas.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PDL-51/2025.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal ALCEU MOREIRA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2025
(do Deputado Alceu Moreira)

Susta os efeitos do Decreto nº 12.373, de 2025 , de 03 de fevereiro de 2025, que regulamenta o exercício do poder de polícia da Fundação Nacional dos Povos Indígenas, retirando assim prerrogativas constitucionais sobre o tema importante grave insegurança jurídica pertinente a legalidade das demarcações de terras indígenas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica sustado os efeitos do Decreto 12.373, de 2025, de 03 de fevereiro de 2025 que, confere poderes de polícia à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Decreto Legislativo tem como objetivo sustar os efeitos do Decreto nº 12.373, de 2025, que conferiu poderes de polícia à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI). Tal medida se faz necessária diante das flagrantes inconstitucionalidades e ilegalidades presentes no referido ato normativo do Poder Executivo.

Em flagrante inconstitucionalidade o Decreto nº 12.373/2025 extrapola os limites constitucionais impostos ao poder regulamentar do Presidente da República, conforme disposto no artigo 84, IV da Constituição Federal. Decretos presidenciais destinam-se à fiel execução das leis, não podendo inovar na ordem jurídica, especialmente para criar novas atribuições administrativas ou conferi-las a órgãos públicos.

Além do mais a atribuição de poderes de polícia à FUNAI por meio de decreto constitui clara usurpação de competência do Poder Legislativo, uma vez que somente este órgão tem a prerrogativa de definir, por meio de lei, as competências administrativas dos órgãos públicos.



Evidencia-se clara existência de incompatibilidade legal da instituição Funai com o caráter estabelecido no decreto, já que, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas foi criada pela Lei nº 5.371/1967 e tem como função primordial a proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas, conforme previsto também no Estatuto do Índio (Lei nº 6.001/1973). Conferir-lhe poderes de polícia é incompatível com sua missão institucional e claramente desvirtua de seu papel e função social.

Além do mais, importante mencionar a ADPF 101 que origina-se uma ação judicial que visa controlar atos do Poder Público que possam ser contrários à constituição, como é o caso do Decreto 12.373, de 2025, de 03 de fevereiro de 2025, reafirmando assim que decretos devem se limitar à execução fiel das leis, sob pena de manifesta inconstitucionalidade.

Assim a Constituição Federal confere ao Congresso Nacional competência privativa para sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem o poder regulamentar ou os limites de delegação legislativa.

Diante dos fundamentos expostos, a sustação do Decreto nº 12.373/2025 é medida urgente e necessária para a preservação da ordem jurídica e do princípio da legalidade.

Assim, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Projeto de Decreto Legislativo.

Sala das Sessões, em ____ de _____ de 2025.

ALCEU MOREIRA

DEPUTADO FEDERAL





CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

**DECRETO Nº 12.373,
DE 31 DE JANEIRO
DE 2025**

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2025/decreto12373-31-janeiro-2025-796925-norma-pe.html>

FIM DO DOCUMENTO